

ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Fernanda Simon Cardoso
Universidade de São Paulo
fernandasimon@usp.br

Caio Santo Amore
Universidade de São Paulo
caiosantoamore@gmail.com

“Em vez das cidades de ferro e vidro, sonhadas pelos arquitetos,
o mundo está, na verdade, sendo dominado pelas favelas”¹.

A explosão habitacional das cidades do sul do mundo a partir da segunda metade do século XX resultou em grandes aglomerados urbanos, em cujos territórios se manifestam graves segregações de classes sociais. A urbanização se concentrou em determinados setores, habitados predominantemente por classes de alta renda, relegando à população mais pobre as periferias, as favelas, os cortiços e loteamentos populares, precários e “incompletos” em termos de infraestrutura, acesso a equipamentos públicos, comércio e serviços, distantes dos principais locais de oferta de empregos.

Com a ascensão do capitalismo neoliberal na década de 1970, os governos de países periféricos abandonaram soluções comprometidas com a redução da precariedade habitacional em larga escala. As imposições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial às nações endividadas implicaram em políticas públicas mais austeras e, em muitos casos, a privatização do mercado habitacional². A habitação, tratada exclusivamente como mercadoria, deixou de ser considerada “um bem social, parte dos bens comuns que a sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos”³.

Dados apontam que em 2003 os favelados, segundo uma classificação ampla adotada pelo autor, constituíam 6% da população urbana nos países centrais, em contraponto aos 78,2% dos habitantes urbanos nos países periféricos⁴. Nas últimas décadas, essa população cresceu. Segundo o *World Cities Report*, publicado pela ONU-Habitat em 2016, atualmente são 980 milhões de habitantes em áreas urbanas que vivem em moradias precárias. Destes, 880 milhões encontram-se em favelas. “Com o rápido crescimento da população, altos níveis de pobreza e

¹ Maricato, 2006, p.210

² Davis, 2006

³ Rolnik, 2015, p.32

⁴ Davis, 2006

desigualdade social disseminada, é evidente que habitação é inseparável de urbanização, e deveria ser um imperativo econômico.”⁵

Se a produção habitacional só atende à demanda que tem capacidade de adquirir aquela mercadoria, uma grande quantidade de pessoas dos países periféricos e em sociedades desiguais é levada a formas variadas de “auto-solução”. A chamada autoconstrução, reproduzindo precariedades e desprovida de infraestrutura, é a forma que a população pobre encontrou para garantir sua moradia. Para isso se vê obrigada a trabalhar nos horários de descanso ou lazer na construção de sua própria casa⁶, já que a industrialização desses países foi baseada em baixos salários ou na superexploração do trabalho⁷. O sociólogo brasileiro Francisco de Oliveira foi um dos autores que apresentou esta situação como estrutural para a expansão do capitalismo periférico, já que o sobretrabalho que está cristalizado em cada moradia autoconstruída, que constitui disparado a principal forma de acesso à moradia nas grandes cidades, implica diretamente no barateamento do custo da reprodução da força de trabalho⁸.

A Lei de Assistência Técnica⁹, que assegura a às famílias de baixa renda serviços de arquitetura e engenharia gratuitos para construção e reforma de sua moradia, foi uma conquista legislativa bastante comemorada e que renovou o debate acerca da habitação popular e da participação de arquitetos e urbanistas nessa produção. No entanto, depois de quase uma década, poucas ações se concretizaram. O assunto tem sido objeto de debate em eventos diversos, seminários e trabalhos acadêmicos, sem mudar estruturalmente a forma de se produzir habitação para a população mais pobre. Salvo poucas exceções, as recentes soluções trazidas pelo governo brasileiro, através do maior programa habitacional da história do país, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), não superaram as críticas de baixa qualidade arquitetônica e urbanística, de má localização e da prevalência de um desenho baseado na produção de unidades novas transferidas aos beneficiários como propriedade privada.

No contexto sócio-político que se seguiu ao golpe parlamentar e institucional que ocorreu no Brasil em 2016, a crise econômica vem sendo tomada como argumento dos governantes brasileiros para produzir avanços em políticas neoliberais no país, traduzidos em cortes de direitos e redução de políticas sociais, numa situação que resume a descrição de Netto sobre o tardo-capitalismo – a intensificação da essência exploradora da relação capital/trabalho e esgotamento das potencialidades progressistas da ordem do capital, que se constitui em “vetor de *travagem e reversão* de todas as conquistas civilizatórias”¹⁰.

Nessa conjuntura, renova-se o desafio de encontrar soluções habitacionais adequadas para a população pobre no país. É fundamental repensar as políticas baseadas exclusivamente na produção, especialmente nos países periféricos. Soluções para uma sociedade mais democrática devem partir de uma leitura crítica e criteriosa das condições habitacionais e devem ser elaboradas de forma contra-hegemônica, procurando alternativas que se contraponham à ordem exclusiva do capital. Ao refletir sobre o sistema neoliberal, Dardot e Laval ressaltam que os indivíduos são submetidos a todo momento a um regime de concorrência e à destruição das

⁵ ONU-Habitat, 2016

⁶ Maricato, 2015, p. 20

⁷ Marini, 2005

⁸ Oliveira, 2013

⁹ Brasil, Lei Federal 11.888/2008

¹⁰ Netto, 2012, p. 216

condições do coletivo. Esses autores indicam como solução o desenvolvimento de uma capacidade coletiva, que trabalhe com as práticas de “comunização do saber”, de assistência mútua, e de trabalho cooperativo para superar a racionalidade neoliberal.

Este artigo tem como pressuposto que a habitação de interesse social deve ser abordada como um *comum*¹¹, com relevância na produção do espaço urbano, e que através de soluções adequadas de moradia, é possível se produzir cidades mais democráticas. Como todo comum, as políticas relacionadas à habitação de interesse social estão repletas de contradições e o tema da assistência técnica também permeia essas disputas. Procura-se, enfim, discutir, à luz da atuação dos arquitetos e urbanistas, a assistência técnica como um possível instrumento na construção de soluções habitacionais futuras, baseadas na luta pelo *comum*. Para embasar os debates contemporâneos desses profissionais no contexto da aprovação da lei de assistência técnica, suas contradições e possibilidades, serão retomadas experiências e utopias do passado, baseadas em autogestão e participação popular. Serão apresentados os conceitos de déficit e inadequação habitacional, com dados quantitativos que permitem uma aproximação da diversidade de necessidades habitacionais no país. No que tange à assistência técnica de forma específica, serão apresentadas as ações públicas financiadas sob a rubrica de Assistência Técnica, em termos comparativos com os recursos empregados em um dos maiores programas habitacionais do mundo, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Dessa forma, a partir do contexto brasileiro, este trabalho busca trazer um debate mais amplo, que envolve a reflexão sobre soluções para habitação em países periféricos no contexto do tardo-capitalismo.

Antecedentes

Durante a segunda metade do século XX as cidades brasileiras cresceram rapidamente¹², pautadas numa profunda e estrutural desigualdade. O espaço urbano brasileiro se consolidou por meio da segregação e apartamento dos mais pobres das benesses da cidade, com a “urbanização de baixos salários”¹³, fundada num processo desigual de distribuição de terras, séculos de escravidão e um Estado alinhado aos interesses das elites dominantes. Com uma população urbana composta por uma maioria pobre, que mal assegura sua própria reprodução, as periferias crescem aceleradamente, sendo a autoconstrução e o assentamento em favelas o principal recurso para as camadas populares obterem sua moradia. A partir de meados dos anos de 1970, uma série de revoltas populares urbanas emergem nas grandes cidades, como forma de reivindicação por melhorias na oferta de equipamentos públicos, infraestrutura de transporte, energia elétrica e água tratada em favelas, entre outras. São movimentos que já começam a colocar em xeque a ditadura militar no país.

Nesse contexto, surgem também experiências de apoio técnico de profissionais que saem da universidade e se aproximam desses incipientes movimentos sociais, incluídos profissionais do campo da arquitetura e do urbanismo. Seja individualmente ou em grupo, esses profissionais se propõem a trabalhar em conjunto com a população, como um meio de melhorar a qualidade das

¹¹ Dardot e Laval, 2015; Harvey, 2014.

¹² De 1940 a 1980 a população urbana cresce de 26,35% a 68,86% do total. No mesmo período, a população das nove regiões metropolitanas quase dobra seus percentuais em relação à população total (Santos, 1993)

¹³ Maricato, 1996

moradias produzidas por meio de autoconstrução. Movidos por ideias que se alinham ao debate internacional que confronta os resultados da produção das cidades modernistas¹⁴, também passam a questionar o modelo autoritário e padronizado da produção habitacional instituída pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) durante regime militar (1964-1985).

Uma das primeiras experiências com participação de arquitetos em conjunto com a população se concretizou nos anos 1970, com a urbanização de favelas no Rio de Janeiro e em contraposição à prática comum de extinção de favelas e remoção para bairros distantes. A experiência foi conduzida pelo grupo Quadra Arquitetos Associados, com a participação marcante do arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos¹⁵. Em Porto Alegre, na mesma época, desenvolveu-se a proposta do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME), que posteriormente se tornou lei no município. Idealizado pelo Sindicato dos Arquitetos, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura (CREA), o ATME tinha como objetivo trazer o auxílio dos arquitetos e engenheiros para orientar as obras de moradia para as classes de baixa renda, especialmente no contexto dos programas alternativos do BNH que ofereciam habitações incompletas (chamadas embrião) e incorporavam oficialmente a prática da autoconstrução como meio para ampliação das unidades.

No contexto da abertura democrática nos anos de 1980 e com o fim dos governos militares a partir de 1985, o cenário se tornou mais favorável a iniciativas de construção coletiva. Partidos de esquerda são criados e alguns governos que se opõem ao regime ganham as eleições. Discussões sobre a Reforma Urbana, que tinha se iniciado no contexto das reformas de base do governo Jango, ainda nos anos de 1960, são retomadas e políticas públicas voltadas diretamente aos mais pobres, com novos canais de participação popular, vão sendo paulatinamente construídas¹⁶. Em São Paulo, a situação das periferias mais pobres vinha desencadeando a formação de movimentos de luta por moradia, que se organizavam tanto em torno de melhorias urbanas em favelas, quanto em ações diretas de ocupações de terra e regularização fundiária, incluindo as demandas por produzir habitações para atendimento de moradores de aluguel que não eram assistidos nem pelo BNH, que se voltava a populações de renda média com capacidade de endividamento, nem pelas políticas de assistência social, voltadas a populações em situação de pobreza extrema. Nesse momento, a “assessoria técnica” para desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras executadas em mutirão, de forma coletiva e diretamente pelos futuros moradores, constitui-se como um campo de atuação de profissionais da arquitetura e urbanismo, na busca por soluções de projeto e obra de habitações dialogadas com os usuários, mais adequadas às necessidades.

As primeiras experiências de assessoria técnica nasceram com a influência das *cooperativas de vivienda por ayuda mútua*, que já vinham ocorrendo no Uruguai. O projeto de Vila Nova Cachoeirinha, nome de um bairro na Zona Norte de São Paulo, foi um deles. O jovem engenheiro Guilherme Coelho havia visitado a experiência uruguaia e voltou a São Paulo com um filme em Super 8, peregrinando pelas periferias até encontrar um movimento por moradia que nascia naquele bairro. Contestavam a produção padronizada do BNH, que não atendia àquela faixa de renda de trabalhadores da indústria que viviam de aluguel, e encontraram na

¹⁴ Demartini, 2016, p. 107

¹⁵ Santos, 1980

¹⁶ Segundo Maricato (2015, p.34-35), tais conquistas resultaram posteriormente em avanços institucionais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) e a criação do Ministério das Cidades, em 2003.

auto-organização, na ajuda mútua, a forma de produzir sua moradia. Dessa iniciativa se originaram outras na região metropolitana de São Paulo, numa construção paulatina do ideal de autogestão produção da moradia, onde os cidadãos poderiam participar diretamente do processo de decisão sobre o projeto do bairro e da casa, da compra de materiais e da contratação de mão de obra especializada, controlando as ações que antes estavam sob responsabilidade exclusiva do Estado e das empresas de construção, encontrando formas de gestão pública não estatal. Este movimento encontrou diversos entraves decorrentes da legislação brasileira e da reação do poder público de tentar colocar obstáculos ou negar as propostas autogestionárias dos movimentos¹⁷.

No entanto, o que parecia uma utopia¹⁸ se concretizou nos primeiros mutirões autogeridos com movimentos sociais em parceria com as assessorias técnicas, que ocorreram no final dos anos de 1980, no contexto de um governo municipal progressista, em que vários dos técnicos envolvidos com aquelas experiências embrionárias assumiram cargos na prefeitura e nas empresas públicas. Com um programa habitacional estruturado, surgem diversos novos grupos de assessorias, que apesar de algumas diferenças, tinham uma configuração geral semelhante, que respondia às exigências do próprio programa. Eram organizações não-governamentais, que se propunham a trabalhar de maneira geral para a melhoria das condições de vida da população mais pobre, apoiando as lutas pelo direito à moradia digna e aos serviços essenciais da cidade. A atuação interdisciplinar também era outra característica, apesar de terem uma predominância de arquitetos e urbanistas em seu quadro técnico¹⁹.

Importa salientar que num longo período que vai do final dos anos 1970 até início dos anos 1990, o país vivia um período de renascimento da sociedade civil e de movimentos populares e sociais, com a construção de espaços públicos de participação e compartilhamento da gestão pública, que ocorreram nos estertores do regime militar. Nesse contexto também se estruturou, de práticas isoladas e heroicas que contestavam as condutas vigentes a programas vinculados a políticas públicas, um campo de atuação de assessorias técnicas. Um momento em que o “saber técnico” tornou possível algumas conquistas que eram reivindicadas por movimentos sociais e traziam consigo a promessa e o potencial de criar novos modos de vida e formas de gestão do coletivo num contexto do capitalismo²⁰.

Atualmente, alguns dos grupos de assessorias que surgiram em décadas passadas continuam atuando junto aos movimentos sociais, em projetos de melhorias habitacionais, produção de novas unidades, urbanização de favelas, entre outros. Esse trabalho ainda atinge uma pequena parcela da população brasileira, e se desenvolve a partir de experiências locais, tendo destaque nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Abaixo, imagens do trabalho das assessorias Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, e Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, ambas com sede na cidade de São Paulo.

¹⁷ Bonduki, 1992, p. p. 31

¹⁸ Segundo Nabil Bonduki (1992, p.178), sobre essas primeiras experiências: “Lançamo-nos nessa aventura com esta intenção: construir territórios de utopia. Territórios que edificados reforçam os sonhos de construção de novas formas de organização social; que sirvam de estímulo a todos os que desejam a transformação.”

¹⁹ Santo Amore, 2004, p. 63-64

²⁰ Bonduki, 1992, p.175

Figura 1. Futuros moradores em atividade para escolha dos apartamentos no Conjunto Alvorada, Zona Norte de São Paulo



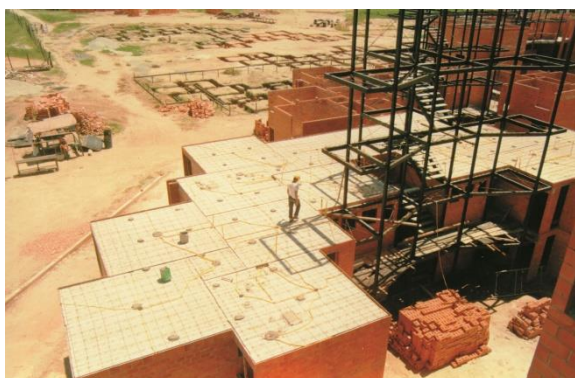
Fonte: Peabiru TCA

Figura 2. Oficina de projeto de urbanização de favela em São Bernardo do Campo (SP), moradores construindo maquete



Fonte: Peabiru TCA

Figuras 3 e 4. Edifício COPROMO, finalizado em 1998 na cidade de Osasco – SP. A utilização de escada em estrutura metálica pré-fabricada proposta pela USINA permitiu a segurança dos mutirantes, tornando-se uma solução inovadora nesse contexto



Fonte: Usina CTAH

Contexto atual: políticas públicas, déficit e inadequação habitacional

Mesmo com o sucesso e o reconhecimento internacional das experiências das assessorias técnicas em nível local – fosse no programa de construção em regime de mutirão ou nas práticas de urbanização de favelas –, não foram criadas políticas habitacionais de extensão nacional. Não há dúvidas de que o avanço do projeto neoliberal teve um papel fundamental nesse quadro. Em alinhamento com as propostas do Consenso de Washington, o Estado se tornou o patrocinador da valorização dos capitais na esfera financeira, e embarcou no neoliberalismo, deixando nas mãos do mercado a definição dos rumos do desenvolvimento nacional²¹. A crise econômica também foi um agravante, trazendo uma retração das políticas públicas nas três décadas seguintes, assim como a piora do quadro das cidades brasileiras. Em análise baseada em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Pasternak e D'Ottaviano²²

²¹ Araújo, 2000

²² Pasternak e D'Ottaviano, 2014

observam que de 1980 a 2010, o aumento da parcela favelada da população foi superior às taxas de crescimento total da população, com um aumento de 1,61% para 5,61%. A “tragédia urbana” se traduziu no incremento da violência, da desigualdade socioespacial, dos assentamentos precários e dos problemas de mobilidade.²³

No início dos anos 2000, com a sanção do Estatuto da Cidade e a eleição de Luís Inácio Lula da Silva em 2003, renovaram-se as esperanças de que políticas sociais e de que a participação da sociedade civil nas políticas públicas poderia se espalhar pelo país. No seu governo e no governo que o sucedeu (Dilma Rouseff, entre 2011 e 2016), foram importantes as medidas de combate à fome, de universalização de uma renda mínima para as populações mais carentes e vulneráveis, além de aumentos progressivos no salário mínimo. O país esteve próximo do que se poderia chamar “pleno emprego”, com taxas muito baixas de desemprego e alguns investimentos em infraestrutura e em políticas urbanas de urbanização, habitação, transporte foram retomados, com impacto inegável na vida de milhões de brasileiros. Contudo, de maneira controversa, a política de incentivo à indústria automobilística, com crédito para a produção e para o consumo de automóveis individuais, agravou os problemas de mobilidade; os investimentos em habitação, por seu turno, apesar de permitirem o acesso de famílias de mais baixa renda ao produto casa própria, intensificaram uma série de aspectos relacionados à segregação socioespacial nas grandes cidades. O Programa Minha Casa Minha Vida, lançado em 2009, veio com o objetivo de enfrentamento da crise econômica mundial, para gerar empregos no setor da construção civil e, ao mesmo tempo, enfrentar o déficit habitacional, que estava calculado em aproximadamente 6 milhões de unidades. O PMCMV tinha contratado, até o final de 2016, 4,5 milhões de unidades habitacionais e entregue 3,6 delas, 1,4 destinadas às famílias com renda de até 1.600 reais à época. Uma mudança significativa em relação às práticas anteriores de produção habitacional, seja em relação ao desenho financeiro das operações, aos níveis de subsídio e à escala. Contudo, vários estudos sobre o programa nas diversas localidades mostram que a padronização do produto habitacional ao longo de um território tão diverso quanto o brasileiro, a má localização dos conjuntos habitacionais nos contextos intraurbanos e a prevalência dos interesses de proprietários de terra e empresas de construção são muito frequentes, com efeitos que ainda deverão ser estudados por alguns anos. O programa promoveu em diversas localidades uma urbanização intensa e espaiada e foi responsável pelo reaquecimento do mercado imobiliário, e com isso criou condições para elevação do preço da terra e dos imóveis²⁴.

Se a justificativa de enfrentamento do déficit justificava o programa, depois de sete anos ininterruptos de contratação, é possível perceber que o impacto quantitativo foi inverso. O déficit, tomado como a necessidade imediata e intuitiva de se produzir habitações, aumentou nesse período. Se nos componentes de habitação precária, coabitação e adensamento excessivo de domicílios alugados, que compõem estatisticamente o déficit, os números tiveram queda, o componente de ônus com aluguel cresceu tanto que passa dos 50% do total, provavelmente como efeito do aumento do custo de vida nas cidades. Por outro lado, os dados de inadequação habitacional, que indicam precariedades cujo enfrentamento não se faria exclusivamente por meio da produção de novas unidades, são frequentemente negligenciados como forma de orientação das políticas públicas e correspondem a mais de 11 milhões de moradias no país que sofrem, pelo menos, com a inadequação fundiária, com carência de infraestrutura, com

²³ Maricato, 2015, p.29

²⁴ Maricato, 2015

coberturas inadequadas, ausência de banheiro exclusivo ou adensamento excessivo nos domicílios próprios²⁵.

A Assistência Técnica e o debate contemporâneo entre arquitetos e urbanistas

A “Lei de Assistência Técnica” (lei federal 11.888/2008) foi aprovada em um contexto de conquistas legislativas e de retomada de investimentos na política urbana nos anos 2000. Foi fruto de uma importante articulação das entidades que regulamentam a profissão de arquitetura e urbanismo e de engenharia, com participação fundamental das federações dos sindicatos da categoria. O dispositivo assegura os serviços de arquitetura e engenharia gratuito às famílias de baixa renda e teve seu primeiro projeto de lei apresentado pelo arquiteto e urbanista Clovis Ingelfritz, que fora um dos idealizadores do programa ATME, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Clovis se elegeu deputado federal em 2001 e apresentou então um projeto de lei que buscava implantar o programa em escala nacional. A continuidade do projeto foi garantida pelo deputado federal pelo estado da Bahia, também arquiteto e urbanista, Zezéu Ribeiro, que resultou na aprovação da Lei de Assistência Técnica²⁶.

Esse percurso até a aprovação da lei foi sustentado também por outras legislações federais, que traziam a assistência técnica como um dos instrumentos da política urbana. Vale citar o Estatuto da Cidade, de 2001, e a lei que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), de 2005. No município e no estado de São Paulo, o termo que se consagrou foi o da assessoria técnica, como se viu anteriormente, trazendo para o debate o lugar dos beneficiários, usuários ou moradores atendidos pelo serviço. Na disputa de sentidos, a assistência é colocada

numa espécie de patamar inferior, com o tom pejorativo do assistencialismo e por tomar as pessoas e famílias “beneficiárias” como “incapazes”, sujeitos passivos que receberiam os serviços de arquitetura e urbanismo como uma cesta básica, um sopão ou um cobertor. A assessoria teria um caráter mais “profissional”, onde pessoas e famílias são “participantes”, “protagonistas”, contratantes dos serviços.²⁷

De qualquer modo, vale reconhecer que a noção de direito à moradia também compreende o atendimento individual às famílias e que a organização da população que necessita desses serviços, formando cooperativas ou movimentos sociais, não deve ser requisito para obter o atendimento de arquitetos e engenheiros na construção de sua moradia²⁸. Fato é que a lei federal consolidou a “assistência” como o termo que prevalece nas leis federais, ainda que nos oito artigos que compõem a lei, sejam contempladas as práticas de assessoria, conforme se desenvolveram em São Paulo, com participação de ONGs na prestação dos serviços, com construção em regime de mutirão, em parceria com cooperativas e associações populares.

Desde a sanção da lei federal, a assistência técnica tem sido tema frequente em discussões realizadas por arquitetos e urbanistas, em especial naquelas promovidas pelas entidades profissionais, como a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), por meio da participação em conselhos deliberativos, promoção de debates, seminários e publicações. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), órgão

²⁵ Fundação João Pinheiro, 2016.

²⁶ Micheline et al, 2007

²⁷ Santo Amore, 2016, p. 2

²⁸ Santo Amore, 2016

regulamentador da profissão de arquitetura e urbanismo desde 2011, também tem participado desse debate, com Grupos de Trabalho e apoio a alguns eventos e publicações. Em 2016, o conselho aprovou em plenária diretriz onde se exige que 2% do orçamento do seja destinado a projetos de assistência técnica a partir do ano de 2017²⁹.

O debate no meio das entidades e entre profissionais – que não raro desconhecem o histórico de luta da assistência técnica que foi brevemente apresentado acima – transita entre uma noção genérica de “função social” da profissão, tomando o campo da assistência técnica como uma forma de inserção política nos problemas da urbanos vivenciados pela população mais pobre, e entre a noção de “nicho de mercado” ou “oportunidade” para os arquitetos³⁰. Estas afirmações parecem reforçar o aspecto elitista da profissão, onde o sucesso depende de uma arquitetura autoral, quando na verdade “a assistência técnica tem um público que são as famílias mais pobres, e, por ser pública e gratuita, está diretamente associada a um debate sobre direito (à moradia digna, à cidade) e políticas públicas”³¹. O caráter elitizado do ensino e da profissão do arquiteto e urbanista é pauta antiga, e chega a ser tratado como um dos motivos para baixa inserção dos arquitetos e urbanistas nas esferas sociais³². Temas relativos à dita cidade “informal”, às favelas e bairros populares são pouco abordados e, em oposição, programas de grandes equipamentos como hospitais, centros culturais e galerias de arte prevalecem como objetos das disciplinas de projeto, levando a uma prática que “alimenta uma visão mítica do ‘arquiteto autoral’, que pode fazer boa figura nas revistas, sítios eletrônicos ou programas da TV paga especializados”³³. Da formação ao mercado editorial da profissão, há um destaque aos grandes projetos de escritórios de arquitetura, como forma de demonstração do prestígio da profissão e sucesso individual. Sobre esse aspecto, Ferreira afirma que

O problema está em alimentar a ideia de que a arquitetura autoral “de sucesso” (por conseguir publicar projetos nas revistas), é a *única* faceta da profissão digna de destaque, “a” atividade de referência na arquitetura, e que o atendimento ao mercado de alto padrão é a *única* alternativa para trilhar um caminho profissional de reconhecimento e sucesso.³⁴

O tema da assistência técnica está, afinal, em disputa, mesmo entre as entidades profissionais. A sanção da lei tem, sem dúvida, impulsionado uma série de debates em vários estados. No ano de 2017, a exigência de que 2% da receita líquida de todos os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo das unidades da federação fossem empregados nesse assunto, fez com que a discussão sobre o assunto ganhasse escala. As conquistas legislativas, contudo, ainda parecem dar a tônica, pois lastima-se com frequência o fato da lei federal não ter sido implementada, da ineficácia da lei diante de um universo bastante complexo de problemas habitacionais para os quais, entende-se, o profissional poderia ser útil, sobretudo se fosse devidamente capacitado (dado que a formação universitária se mostra insuficiente) e estivesse em interlocução com profissionais de outras áreas do conhecimento. *Assistência Técnica em políticas públicas após a Lei 11.888/2008*

O debate acerca da “implementação” da lei ainda povoa o imaginário de técnicos e de lideranças da categoria profissional, numa espécie de frustração em relação às promessas que havia e

²⁹ CAU/BR, 2016

³⁰ Esse discurso é utilizado no Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda (IAB, 2010) e em notícia no portal PiniWeb (Frank, 2008).

³¹ Santo Amore, 2017

³² Federação Nacional dos Arquitetos, 2016

³³ Santo Amore, 2016, p.7

³⁴ Ferreira, 2011, destaque do autor

principalmente ao vislumbrar as potenciais tragédias urbanas de uma política habitacional de produção habitacional na escala que foi o PMCMV. “Não tivemos avanços significativos no que se refere à implantação de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais para concretizar essa conquista”, é uma declaração da Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas, mas que poderia estar na fala de qualquer entidade³⁵. Também os (raros) trabalhos acadêmicos acabam reféns dessa lógica da implementação da lei, com a perspectiva de encontrar soluções para efetivar a assistência técnica, por meio de diretrizes e propostas para construção de programas públicos em esfera municipal e estadual³⁶.

No meio da década de 2000, como fruto da legislação de 2005 que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e organizou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), um programa em escala nacional havia se concretizado, a partir de proposição do Ministério das Cidades. Trata-se do “Programa Habitação de Interesse Social”, iniciado em 2007 e com validade até 2011. Antes mesmo da lei de 2008, o serviço de assistência técnica era previsto na modalidade “Apoio à Provisão Habitacional de Interesse Social - Modalidade Prestação de Serviços de Assistência Técnica”. As ações englobavam a construção de unidades habitacionais; de produção ou aquisição de lotes urbanizados; e de requalificação de imóveis existentes, buscando renová-los para fins de moradia à famílias com renda mensal de até R\$1050,00³⁷. Nos recursos previstos para os anos de 2007 e 2008, estavam incorporados os serviços de assistência técnica individual, para apenas uma família; coletiva, para um grupo de famílias; e para mobilização e organização comunitária. De 2009 a 2011, os serviços previstos se voltavam para elaboração de projetos para habitação de interesse social e urbanização de assentamentos precários e para melhoria, conclusão e construção de unidades habitacionais³⁸.

Entre os anos de 2007 e 2011, foram contratados 77,92 milhões de reais para propostas envolvendo assistência técnica financiada pelo FNHIS, somando 379 operações. Destas, apenas 18% foram concluídas até 2011, e grande parte sequer havia sido iniciada³⁹. A partir de 2012, os recursos do FNHIS foram direcionados a outros fins. Os programas “Habitação de Interesse Social” e de “Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários” deixaram de ser válidos e todas os recursos são transferidos ao “Programa Temático Moradia Digna”, previsto no Plano Plurianual brasileiro de 2012-2015. No Quadro 1, pode-se examinar as quantias destinadas a cada uma das plataformas do FNHIS, a partir do ano de 2007:

³⁵ Salazar et al, 2014

³⁶ Pode-se citar os trabalhos de Juliana Demartini (2016), e de Jakeline Silva dos Santos (2014), que buscam políticas públicas para os estados do Rio de Janeiro e Paraíba, respectivamente. Joice Genaro Gomes (2014) elenca pontos positivos e negativos de um programa habitacional no Brasil e outro em Cuba, com objetivo de listar aspectos que possam ser considerados na construção de um futuro programa público em assistência técnica.

³⁷ Brasil, 2007

³⁸ Chaves, 2015

³⁹ Salazar et al, 2014

Quadro 1. Recursos destinados aos programas do FNHIS no período de 2007 a 2016

ANO	Programa Habitação de Interesse Social	Programa de Urbanização, Reg. Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	Programa Temático Moradia Digna
2007	R\$ 296.071.089,00	R\$ 423.670.000,00	-
2008	R\$ 487.978.389,00	R\$ 385.038.449,00	-
2009	R\$ 503.102.098,00	R\$ 722.666.127,00	-
2010	R\$ 204.194.702,00	R\$ 104.244.393,00	-
2011	R\$ 114.852.871,53	R\$ 389.852.538,40	-
2012	-	-	R\$ 548.305.850,34
2013	-	-	R\$ 213.203.575,30
2014	-	-	R\$ 46.843.068,33
2015	-	-	R\$ 64.444.694,45
2016	-	-	R\$ 40.790.591,54

Fonte: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (2017). Organizado por Fernanda Simon Cardoso.

A partir desses dados, observa-se que com o passar dos anos, os recursos do FNHIS foram drasticamente reduzidos, o que pode ter impedido o fortalecimento da assistência técnica. Além disso, é importante ressaltar que, mesmo com a constituição de todos os instrumentos legais que auxiliariam a consolidação dessa prática, com o lançamento do PMCMV, no ano seguinte ao da sanção da Lei 11.888/2008, se consolidou um modelo único de provisão de unidades novas e transferidas aos beneficiários como propriedade, que acabou por condicionar praticamente todos os recursos e esforços nacionais destinados à habitação, impedindo dessa forma a construção de políticas alternativas e com isso a implementação de plataformas baseadas na Lei de Assistência Técnica⁴⁰. Prova de que esse programa teve um destaque excepcional em relação àqueles financiados pelo FNHIS é a disparidade entre a quantidade de recursos destinados a cada um: enquanto os projetos do FNHIS receberam 77,92 milhões de reais em cinco anos, o PMCMV, quando lançado em 2009, mobilizou 34 bilhões para construção de novas unidades habitacionais, e chegou em 2016 com um investimento de mais de 100 bilhões de reais⁴¹, seja em recursos diretos do orçamento, seja em recursos do principal fundo voltado a habitação desde os anos de 1960, o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A lógica financeira e de protagonismo das empresas de construção civil também afeta a atuação dos profissionais da arquitetura e urbanismo e os condiciona a apresentar soluções padronizadas, sem a participação dos usuários, mal localizadas e mal construídas⁴². No âmbito do PMCMV, a exceção à regra se deu pela modalidade Entidades, operada com recursos transferidos da União para o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Nessa modalidade, voltada a famílias com renda de até 1.800 reais (em valores atualizados), entidades privadas sem fins lucrativos podem ter acesso aos recursos para provisão habitacional e decidir sobre os projetos, contratação de serviços, compras de materiais e, enfim, sobre a qualidade geral da

⁴⁰ Salazar et al, 2014

⁴¹ Valores corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) em agosto de 2017

⁴² Santo Amore, 2016, p.11

moradia. Contudo, os dados demonstram que essa modalidade utilizou 2% dos recursos de toda a produção do PMCMV no país⁴³.

É importante ressaltar nessa análise como se construíram as políticas habitacionais do FNHIS e do PMCMV. O segundo tem finalidade explícita de enfrentar a crise econômica e foi desenhado pelo Ministério da Casa Civil em parceria com 11 grandes empresas do setor imobiliário nacional. Já o FNHIS surgiu com uma proposta de política habitacional construída historicamente em conjunto com os movimentos sociais, que, no início dos anos 1990 foram responsáveis pela coleta de mais de um milhão de assinaturas para apresentar o primeiro projeto de lei de iniciativa popular ao congresso nacional. Conforme observa Maricato:

Ela [a política] instituiria, se seguisse a proposta original, um sistema descentralizado de investimentos em habitação, representado por fundos e conselhos estaduais e municipais, que teriam autonomia para aplicação dos recursos repassados por meio do Fundo Nacional. Seguindo sua característica ambígua, o Governo Lula respondeu, de certo modo, com o FNHIS para os movimentos sociais e com o PMCMV para os empresários, sendo o primeiro, gerido por um conselho que a participação de representantes da sociedade, maneja recursos bem menos significativos que o segundo.⁴⁴

Os impasses da habitação dentro da *racionalidade neoliberal*

A partir do debate específico da assistência técnica, podem-se observar algumas das contradições e de ideais de “soluções” habitacionais para população de baixa renda no Brasil. As ações do Estado brasileiro, apesar de terem raízes em questões relacionadas ao contexto específico do país, também fazem parte de um contexto global de ascensão do neoliberalismo no mundo.

É evidente que a reestruturação do capital a partir dos anos 1970 foi crucial para impedir o desenvolvimento de políticas de cunho social. Paulo Netto⁴⁵ caracteriza esse momento como a fase em que o capitalismo veio para romper com qualquer esforço no sentido de regulamentar políticas democráticas, mercados e economia. Sem compromisso social, a lógica expansionista imposta é “cruel” e fundamentalmente “irracional”, independente do caráter devastador de suas consequências. O autor ainda ressalta que a flexibilização do tardo-capitalismo não resolveu nenhum dos problemas fundamentais postos pela ordem do capital, como a desigualdade e concentração de renda.

A tentativa de enfraquecimento do Estado e suas regulações, visando a liquidação dos direitos sociais é característica desse momento. Dardot e Laval⁴⁶ avançam nesse entendimento, ao explorar o neoliberalismo não apenas uma política econômica e social, mas como uma *racionalidade* que afeta todas as instâncias – o Estado, os indivíduos e a sociedade. Dentro dessa racionalidade, o Estado se torna uma espécie de empresa competitiva e eficaz, alvo de políticas que visam enquadrá-lo no mercado. Muitas vezes, é ele mesmo que organiza seu desaparecimento em favor do privado.

⁴³ Demartini, 2016

⁴⁴ Maricato, 2011, p.55-56

⁴⁵ Netto, 2012, p. 216

⁴⁶ Dardot e Laval, 2015

No caso brasileiro, cumpre destacar que – a despeito dos vultosos recursos empregados numa política que praticamente ignora a produção “informal” da casa, que é a verdadeira produção em escala no país, e se volta exclusivamente para a produção de unidades novas – praticamente a metade do orçamento é gasto com pagamento de juros da dívida pública, colocando o país como um pagador de rendas para o mundo. Ainda assim, quando o governo se propõe a investir habitação, como nunca antes na história, o faz observando de maneira parcial o “problema” habitacional. Com o PMCMV, o Estado cria todas as regulamentações favoráveis para que as empresas tomem as decisões sobre o desenvolvimento de uma política habitacional, proporcionando seu próprio desaparecimento. É o “Estado-empresa”, que em parceria com o setor privado, buscou aquecer o mercado e economia brasileiros, contraditoriamente agravando os problemas urbanos. Políticas alternativas permaneceram como iniciativas pontuais, por não se enquadrarem dentro dos interesses do mercado: os programas do FNHIS, a modalidade com Entidades do PMCMV ou mesmo as ações de melhorias habitacionais em urbanizações de favelas.

Na toada de fazer o novo, a pauta progressista de altos subsídios do PMCMV, que de fato possibilitaram o acesso de famílias de mais baixa renda à mercadoria habitação, também parecem sucumbir à lógica de concentração das benesses da cidade, expulsando os mais pobres de áreas valorizadas pelo capital imobiliário. Harvey cita os exemplos de comunidades pobres em várias cidades do mundo, que por muitas vezes, de formas violentas, foram expulsas de suas moradias em prol de interesses imobiliários.

Esses exemplos advertem-nos sobre a existência de toda uma bateria de soluções aparentemente progressistas que não apenas levam o problema para longe como também fortalecem, enquanto simultaneamente ampliam, a cadeia dourada que aprisiona as populações vulneráveis e marginalizadas dentro da órbita de circulação e acumulação do capital⁴⁷.

No Brasil, a situação se repete, no modo como o PMCMV foi utilizado para remoção de comunidades mais pobres, localizadas em área de interesse imobiliário. Essa operação foi frequente no Rio de Janeiro, em decorrência de obras dos megaeventos dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo⁴⁸.

A racionalidade neoliberal atinge os indivíduos, que se tornam cada vez mais competitivos. A defesa da assistência técnica como meio para tornar a arquitetura mais inclusiva, mais útil à maioria da população, os arquitetos e urbanistas exprimem em seus discursos uma série de contradições. Da defesa do direito à moradia adequada como produto novo e acabado, feito do zero em terreno nu, à geração de mercado de trabalho para a categoria, os discursos podem ser distanciar completamente das necessidades e da realidade da população mais pobre, que é a maioria absoluta da população brasileira. É frequente entre esses profissionais o debate sobre a valorização da profissão pela sociedade, especialmente neste momento, onde os empregos estão mais escassos⁴⁹. Mas como essa profissão será valorizada, se mais da metade da população não tem acesso a esses serviços?

Pesquisa recente promovida pelo CAU/BR qualificou a visão da população brasileira sobre os serviços de arquitetura. Demonstrou-se que apenas 15% dos brasileiros que já construiu ou

⁴⁷ Harvey, 2014, p.57

⁴⁸ Ver Faulhaber, 2012

⁴⁹ De acordo com Portal G1, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desemprego no Brasil atingiu índice de 12,2% no início do ano, totalizando 12,7 milhões de pessoas desocupadas. (Silveira, D. e Marina G, 2018)

reformou contratou os serviços de arquitetos e/ou engenheiros, e destes, grande parte pertence a classes mais altas. Dos 85% que nunca utilizaram esses serviços, o principal motivo é a questão financeira, e por isso optaram pela contratação de pedreiros ou mestre de obras. Apesar disso, constatou-se que 70% dos entrevistados contrataria um arquiteto, mas em geral, tem uma visão equivocada em relação ao custo do trabalho do arquiteto, pois acreditam que esse valor é de duas a quatro vezes maior do que é em realidade⁵⁰.

A pesquisa do CAU reflete a realidade brasileira: autoconstrução como regra e a desnecessidade de um profissional formado para a elite. Transformações profundas na formação do profissional e a atuação mais próxima da realidade das maiorias permitirão que se construam soluções habitacionais diversas, alternativas, nas quais a assistência/assessoria técnica poderiam se apresentar por sua utilidade e, assim, mudar a visão da população em relação ao trabalho dos arquitetos e urbanistas.

Por soluções habitacionais diversas e adequadas a diferentes realidades

Ao longo desse texto, tratou-se brevemente do histórico do que se pode chamar de assistência e assessoria técnica no país, demonstrando a importância dessa prática no processo de construção de espaços públicos de participação e na invenção de políticas públicas que dialogassem com as realidades das populações mais pobres. Nesse momento, a troca de saberes entre técnicos e população foi a tônica que permitiu a construção dessas propostas e o fortalecimento dos movimentos sociais que renasciam no final do período militar.

Depois de trinta anos de democracia, vivemos um período de retomada de investimentos públicos em habitação, no contexto de governos nacionais de corte progressista. O PMCMV mobilizou recursos de grande monta e contou com altos subsídios que possibilitaram a famílias de menor renda - até então tratadas como demandas não solváveis - o acesso ao produto habitação, por meio da transferência de propriedade. Contudo, esse programa respondeu à lógica de mercado, privilegiou as empresas construtoras e produziu habitações sem construir cidades.

A assistência e a assessoria técnica se colocam nesse contexto como uma chave para entender “o problema” da habitação no país, que não é único e tampouco pode ser resumido pela leitura do déficit como necessidade imediata e intuitiva de construir habitações. Se a assistência técnica e o serviço prestado por arquitetos e urbanistas têm relevância para a maioria da população, deve-se partir de uma leitura crítica e criteriosa das necessidades habitacionais que são diversas num país de dimensões continentais como o Brasil. Necessidades específicas implicam em soluções específicas.

Se no contexto dos anos de 1970 e 1980 a aproximação entre os “saberes” foi possível porque arquitetos e urbanistas, juntamente com sociólogos, psicólogos, advogados, engenheiros, cineastas e tantos outros profissionais, estavam próximos dos movimentos populares e sociais que nasciam naquele momento, construindo um campo que redefiniu as noções de comum e de direito à cidade.

⁵⁰ CAU/BR, 2015

A crise do capitalismo que se apresenta atualmente nos impõe um olhar para o nosso passado recente e para a necessidade de que estejamos bem formados para atuar junto a esses grupos e reconstruir os espaços físicos e sociais de convivência nas cidades.

Harvey aponta que estamos em um momento em que os ideais de direitos humanos estão sendo retomados com força, porém estão sendo pensados de forma individual, que em nada contestam a lógica neoliberal. Para que mudanças possam se realizar, o conceito de direito à cidade deve ser retomado e construído de forma coletiva.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização.⁵¹

É preciso portanto, partir de uma ótica mais ampla. Na conjuntura em que a sociedade se encontra hoje, onde o neoliberalismo busca a privatização e destruição das condições do coletivo, Dardot e Laval defendem a perspectiva do *comum*, como meio de mudança estrutural. O comum está ligado à práticas com finalidade social, em oposição ativa a processos de privatização. Através de relações coletivas e não mercantilizadas entre um determinado grupo social e um meio social e/ou físico, pode-se criar essas práticas, que podem tanto ser exclusivas de determinado grupo, quanto parcial ou totalmente abertas a todos.

Nada é em si ou por natureza “comum”. Em última análise são as práticas sociais e somente elas que decidem sobre o caráter “comum” de uma coisa ou de um conjunto de coisas. Portanto, contra qualquer naturalismo ou essencialismo é preciso sustentar que é a atividade dos homens que torna uma coisa comum, guardando-a de qualquer lógica de apropriação e reservando-a para o uso coletivo.⁵²

Dentro do espaço urbano, o comum se relaciona claramente ao direito à cidade e os novos sujeitos coletivos e suas práticas podem tornar possível essa articulação. “Uma renovação emerge hoje nas lutas antineoliberais e nos experimentos alternativos, ou seja, em todas as práticas que abrem um devir pós-capitalista⁵³.” Tomar, portanto, o espaço urbano como produto produzido e lugar onde os conflitos de interesses se manifestam, é fundamental.

Colocando a habitação sob a perspectiva do comum, as práticas de autogestão e participação popular poderiam ser fortalecidas, tendo como objetivo destacar a destinação social da moradia, e não apenas a propriedade como fim, de modo a tornar a cidade mais democrática. É um desafio, visto que os comuns são continuamente apropriados por meio de formas capitalistas de urbanização, e há uma frequente tendência à despolitização da luta democrática.

Do mesmo modo, o processo de construção dessas práticas comuns podem incluir os arquitetos e urbanistas e as formas de assessoria/assistência técnica. As experiências anteriores já demonstraram que a construção coletiva, através dos valores de ajuda mútua e cooperação, é possível. Esse caminho não será fácil. Para que a assistência técnica se torne realidade, é preciso que os arquitetos e urbanistas tenha uma visão mais ampla – de que não são apenas os únicos a atuarem na produção da cidade, e que isso engloba diversos agentes e conflitos. É preciso que

⁵¹ Harvey, 2014, p.28

⁵² Dardot e Laval, 2015, p.271

⁵³ Dardot e Laval, 2015, p. 268

esses profissionais atuem politicamente, mas não apenas dentro de suas próprias esferas, assim como é necessário unir-se a outros grupos em prol do comum. Para tanto, uma reaproximação com os movimentos sociais é fundamental, de forma a compreender suas novas demandas; os discursos dos novos movimentos urbanos, e através da troca de saberes desenvolver essa prática comum. O campo institucional já está estabelecido e se apresenta como um fator favorável, mas não será através da espera pela boa vontade de gestões governamentais que a assistência técnica se tornará uma realidade.

Assim como na década de 1980, estamos em um momento que não é favorável às cidades brasileiras. Naquela época, movimentos por moradia se uniram aos arquitetos, buscaram e concretizaram alternativas para habitação. Podemos fazer o mesmo – tomar a ausência de soluções como um ponto de partida, trazendo novos questionamentos para buscar alternativas para o futuro.

Bibliografia

BRASIL, Ministério das Cidades. *Instrução normativa nº 47, de 08 de outubro de 2008*. Regulamenta a Ação de Apoio à Produção Social da Moradia, do Programa de Habitação de Interesse Social, operada com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, válida para o período 2008/2011, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério das Cidades. *Resolução Nº 57, de 30 de Junho de 2015*. Dispõe sobre as ações do Programa Temático Moradia Digna, integrante do Plano Plurianual - PPA, para o período 2016/2019, a serem executadas com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Brasília, 2015.

BRASIL. *Lei Federal 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. *Páginas de Transparência do Órgão: Ministério das Cidades*. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União. 2017. [Online] <<http://www3.transparencia.gov.br/jsp/execucao/execucaoPorProgGoverno.jsf?consulta2=1&CodigoOrgao=56000>>. [10 de julho de 2017].

CHAVES, Mirna Quinderé Belmino. *Assistência Técnica*. Brasília, abril de 2015. 21 slides. Apresentação em Power-point.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *56ª Plenária: CAU destinará recursos para assistência técnica de habitação social*. 2016. [Online] <<http://www.caubr.gov.br/56a-plenaria-cau-destinara-recursos-para-projetos-e-obras-de-assistencia-tecnica/>> [05 de junho de 2017].

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL. *Pesquisa CAU/BR Datafolha*. CAU/BR, Instituto Datafolha, 2015. [Online] <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>> [23 de junho de 2017].

DARDOT, P., e LAVAL, C. *Propriedade, apropriação social e instituição do comum*. *Tempo Social*, 27(1), 261–273. 2015. [Online] <<https://doi.org/10.1590/0103-207020150114>> [23 de março de 2018]

DARDOT, P., e LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo, Boitempo, 2006.

DEMARTINI, Juliana. *Assessoria Técnica Continuada: desafios e possibilidades para a implementação de um programa público para as expressões do morar*. Tese de doutorado orientada por Luciana Andrade. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. 309 p.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS. *Discussão avalia perfil dos arquitetos e sua formação*. 2016. [Online] <<http://www.fna.org.br/discussao-avalia-perfil-dos-arquitetos-universitarios/>> [25 de junho de 2017].

FERREIRA, J.S.W. *Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil: Qual o papel da profissão?* In: *Arquitextos* 133.07, ano 12, jul 2011. [Online] <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>> [20 de julho de 2017].

FRANK, R. *Autoconstrução poderá receber assistência técnica gratuita*. 2008. [Online] <<http://piniweb.pini.com.br/construcao/carreira-exercicio-profissional-entidades/autoconstrucao-podera-receber-assistencia-tecnica-gratuita-103296-1.aspx>>. [29 de junho de 2017].

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informações. *Déficit Habitacional no Brasil | 2013-2014*. Belo Horizonte, 2016.

GOMES, J.G. *Os Programas de Melhorias Habitacionais: Elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba*. 2014. Dissertação de mestrado orientada por Antônio Cláudio Moreira Lima e Moreira. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. 113 p.

Harvey, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. *Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social*. Porto Alegre, Tecnodata Educacional, 2010.

MARICATO, E. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos*. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis: Vozes, 2000.

- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- MARICATO, E. *Posfácio*. In: Davis, M. Planeta favela. São Paulo, Boitempo, 2006, p.210-224
- MARICATO, E. *Para entender a crise urbana*. São Paulo, Expressão Popular, 2015
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. In: Traspadini, R.; Stedile, J.P. (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011
- MICHELINE, E; CUNHA, P; ARRUDA, A. M. V.; MEDEIROS, Y. (orgs.). *Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil*. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.
- NETTO, J.P. *Capitalismo e barbárie contemporânea*. In: Argumentum, v. 4, n.1, Vitória, jan./jun. 2012, p. 202-222.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2013.
- ROLNIK, R. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ONU HABITAT. *World Cities Report*. 2016.
- SALAZAR, J; STROHER, L; GRAZIA, G. (orgs.). *Assistência Técnica e Direito à Cidade*. Rio de Janeiro: CAU/RJ, FNA, 2014.
- SANTO AMORE, C. *Assessoria e Assistência Técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social*. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- SANTO AMORE, C. *Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade*. Dissertação de mestrado orientada por Maria Ruth Amaral de Sampaio. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. 186 p.
- SANTO AMORE, C. *O desafio de ser um arquiteto útil*. Entrevista. 23 de março de 2017. CAU/GO. [Online] <<http://caugo.gov.br/aula-magna-o-desafio-concreto-de-ser-um-arquiteto-util/>> [29 de junho de 2017].
- SANTOS, C. N. F. *Como projetar de baixo para cima: uma experiência em favela*. In: Revista de Administração Municipal, jul/set, 1980
- SANTOS, J. S. *Lei da Assistência Técnica Pública e Gratuita: um estudo de aplicação para municípios paraibanos*. Dissertação de mestrado orientada por Elisabetta Romano. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2014. 118 p.
- SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo, Hucitec, 1993

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. In: Traspadini, R.; Stedile, J.P. (orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011

SILVEIRA, D. e MARINA G. *Desemprego fica em 12,2% em janeiro de 2018 e atinge 12,7 milhões de pessoas*. 2018. [Online] <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/desemprego-fica-em-122-em-janeiro-de-2018.ghtml>> [21 de março de 2018]